

Índices

Inflação de Julho Retoma Patamar de Maio

ANTONIO E. COMUNE

p. I-3

O Prof. Comune destaca, no artigo de agosto, que a inflação mensal retomou o patamar de dois meses atrás quando chegou a 0,31%. No presente mês o índice foi de 0,30%. Destaca, também, que a inflação anual deverá se situar abaixo de 6,50%, limite superior da meta do governo.

Índices de Obras Públicas em Desaceleração

DENISE C. CYRILLO

p. I-6

No artigo do mês de agosto, Cyrillo destaca a desaceleração dos índices de obras públicas, e sugere que o comportamento dos índices de obras pesadas pode ser visto como um indicador de capacidade ociosa que viabilizará, sem pressões inflacionárias, os investimentos necessários na infraestrutura para os eventos esportivos de 2014 e 2016.

Pesquisa de Orçamento Familiar FIPE 2009 – 2010 – Primeiros Resultados

CAMILA R. B. DE LIMA, MARCELO H. PEREIRA,
MOACIR M. YABIKU

p. I-9

O IPC-FIPE lança, neste mês de agosto, um artigo especial dedicado à nova POF e à nova metodologia do índice. A equipe técnica apresenta os resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2009 – 2010, já implantados como base no IPC-FIPE do mês de julho de 2011. A nova POF retrata o atual perfil do paulistano, demonstrando a mudança de hábito de consumo. Análises sobre itens como Habitação, Alimentação, Transporte, Saúde e Educação são comentadas, bem como os impactos da atualização da estrutura de ponderação no IPC-FIPE.

séries estatísticas

Índice de Preços ao Consumidor Índice de Preços de Obras Públicas


p. I-19

Nesta seção, são apresentadas as séries estatísticas Fipe (IPC e IPOP) de 2010 a 2011.

Conheça o IPC Fipe

O Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo é o mais tradicional indicador da evolução do custo de vida das famílias paulistanas e um dos mais antigos do Brasil. Começou a ser calculado em janeiro de 1939 pela Divisão de Estatística e Documentação da Prefeitura do Município de São Paulo. Em 1968, a responsabilidade do cálculo foi transferida para o Instituto de Pesquisas Econômicas da USP e, posteriormente em 1973, com a criação da FIPE, para esta instituição.

Informações sobre assinaturas:

: (011) 3284-0612

: msoares@fipe.org.br

INFORMAÇÕES FIPE É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DE CONJUNTURA ECONÔMICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – ISSN 1234-5678

Conselho Curador

Juarez A. Baldini Rizzieri
(Presidente)
Andrea Sandro Calabi
Denisard Cnéio de Oliveira Alves
Elizabeth M. M. Querido Farina
Miguel Colassuono
Simão Davi Silber
Vera Lucia Fava

Diretoria

Diretor Presidente

Carlos Antonio
Luque

Diretor de Pesquisa

Eduardo Haddad

Diretor de Cursos

Cicely M. Amaral

Pós-Graduação

Dante Mendes
Aldrighi

Secretaria Executiva

Domingos Pimentel
Bortoletto



Conselho Editorial

Heron Carlos E. do
Carmo
Lenina Pomeranz
Luiz Martins Lopes
José Paulo Z.
Chahad
Maria Cristina
Cacciamali
Maria Helena
Pallares Zockun
Simão Davi Silber

Editora Chefe

Fabiana F. Rocha

**Preparação de
Originais e Revisão**
Alina Gasparello de
Araujo

Assistente

Maria de Jesus
Soares

Produção Editorial

Sandra Vilas Boas

índices



Inflação de Julho Retoma Patamar de Maio¹

ANTONIO EVALDO COMUNE (*)

A estabilidade dos preços no mês de junho (0,01%) foi seguida, em julho, por uma pequena retomada, com o IPC-FIPE apontando para o valor de 0,30%. A elevação seguiu um padrão de altas sucessivas durante as apurações quadrissemanais, tendo a primeira prévia

apontado o índice de 0,19% e as duas seguintes 0,26% e 0,27%. A evolução do indicador e de seus grupos componentes no período de janeiro a julho de 2011, assim como o acumulado para o período, encontram-se resumidos na Tabela 1.

Tabela 1 - IPC-FIPE por Grupos, Janeiro a Julho de 2011 e Acumulado no Período

GRUPOS	jan/11	fev/11	mar/11	abr/11	mai/11	jun/11	jul/11	jan a jul 2011
IPC-FIPE	1,15	0,60	0,35	0,70	0,31	0,01	0,30	3,47
Habitação	0,41	0,72	0,27	0,35	0,24	0,35	0,45	2,82
Alimentação	0,73	-0,17	0,09	0,46	0,19	-0,58	0,21	0,92
Transportes	3,18	1,16	1,04	1,44	0,19	-0,90	0,25	6,47
Despesas Pessoais	0,85	1,24	0,20	0,85	0,41	0,74	0,53	4,93
Saúde	0,39	0,72	0,60	1,55	0,69	0,31	0,54	4,89
Vestuário	0,04	-0,03	0,09	0,68	1,10	1,14	-0,77	2,20
Educação	5,61	0,32	0,13	0,04	0,10	0,06	0,28	6,59

Fonte: Banco de dados do IPC-FIPE.

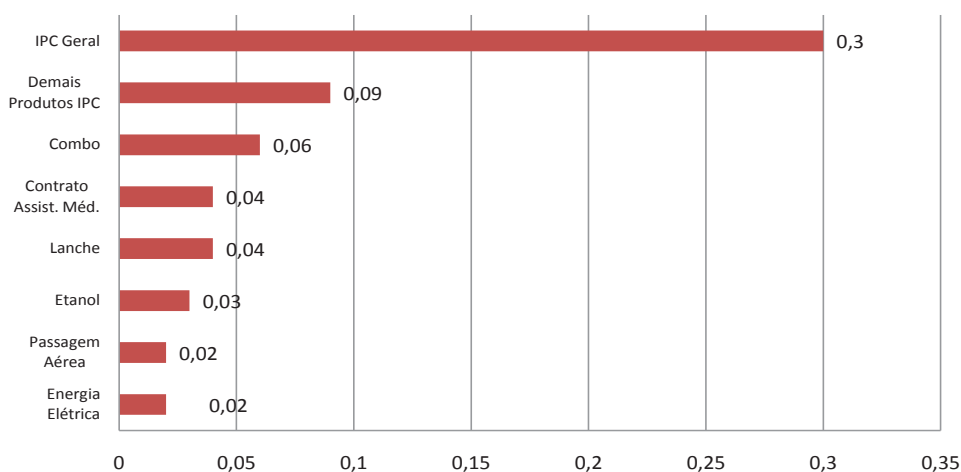
O grupo de Habitação foi o que mais contribuiu para o índice de julho. Cerca de 45% do valor da inflação teve origem nos itens desse grupo, particularmente em: “Combo” (televisão + internet + telefone), Energia Elétrica e Aluguel -Casa 1 Dormitório.

O segundo maior grupo em contribuição (com aproximadamente 20%) foi o de Despesas Pessoais. Nesse caso foram os gastos com passagens, tanto as aéreas quanto as rodoviárias, que pressionaram os preços.

Além desses, também foram registradas contribuições positivas, porém, de menor monta, nos grupos de Alimentação, Transportes, Saúde e Educação. A única contribuição negativa foi a proveniente do grupo de Vestuário (-13,32%), que teve a influência das liquidações que ocorrem costumeiramente nessa época do ano.

O Gráfico 1 destaca as participações mais importantes dentre os 468 itens que integram os diversos grupos do IPC-FIPE. Observe-se que a soma de apenas seis itens com as maiores variações ponderadas atinge 0,21 pontos percentuais, o que corresponde aproximadamente a 70% do índice da inflação mensal. Todos os outros 462 itens totalizam apenas 30% da inflação. Considerando que os aumentos nos preços de parte desses seis itens são tópicos e que ocorrem normalmente apenas uma vez durante o ano, eles serão bastante amenizados ao longo das próximas apurações quadrissemanais, não se configurando, portanto, um quadro de pressão permanente sobre a inflação.

Gráfico 1 – Principais Variações Ponderadas IPC (Mensal - julho/11)



Fonte: Banco de dados do IPC-FIPE.

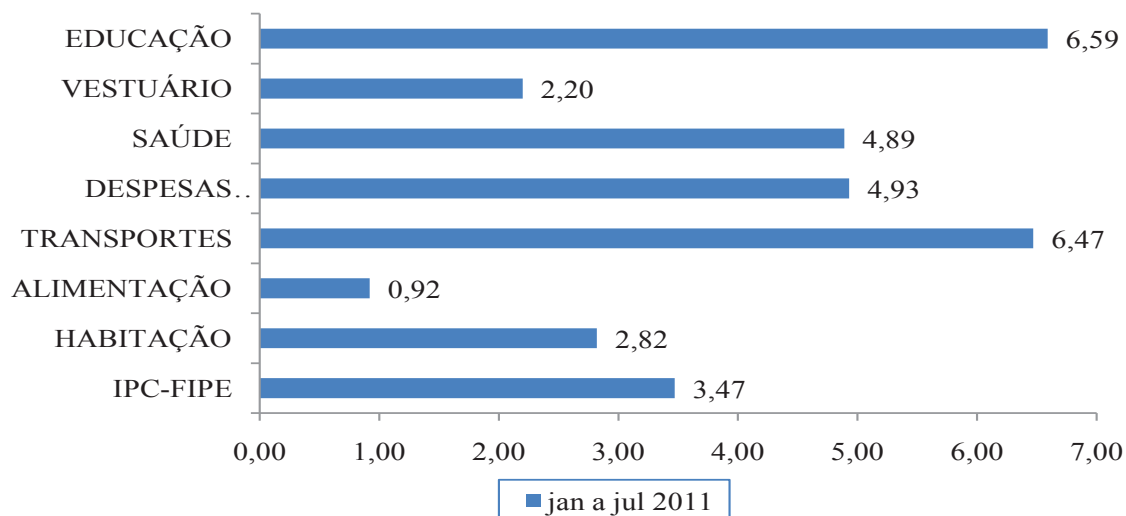
O Gráfico 2 apresenta o índice acumulado para o período de janeiro a julho de 2011. Do mesmo modo que no mês anterior, também no presente mês, quatro grupos permanecem acima de 3,47%, valor do IPC-FIPE: Educação, Transportes, Despesas Pessoais e Saúde. Os outros três grupos estão abaixo desse valor: Alimentação, Habitação e Vestuário. O grupo de Alimentação continua sendo, nesse ano, o de menor valor acumulado: 0,92% até o mês de Julho. Dessa maneira, ele vem contribuindo, de modo decisivo, para amenizar os aumentos verificados em outros grupos e para que a inflação se mantenha em torno do valor limite superior da

meta estipulada pelo governo. Os grupos de Habitação e de Vestuário também vêm agindo nessa mesma direção.

Por outro lado, os grupos de Educação e Transportes são os que mais se destacam no sentido de aumentar a pressão sobre os preços. Como já foi explicado no artigo do mês anterior, o caso de Educação está relacionado aos aumentos ocorridos principalmente nos dois primeiros meses do ano devido ao reajuste das mensalidades escolares. No restante do ano não se esperam mais variações significativas nesse grupo. Já para o caso de Transportes a situação é diferente. Apesar de os maiores aumentos terem ocorrido em janeiro e fevereiro, com os reajustes de tarifas de transportes públicos, novos movimentos de alta estão agora aparecendo para esse grupo, principalmente devido ao aumento dos combustíveis, em particular, do etanol.

Os grupos de Despesas Pessoais e de Saúde acumularam, até o presente mês, 4,93% e 4,89%, respectivamente, isto é, mais de 1 ponto percentual acima da inflação geral. Apesar de crescerem acima da média, não se espera que esses grupos venham a pressionar a inflação no restante do ano, pois os principais reajustes anuais em seus itens componentes já ocorreram, como por exemplo, em fumo e bebidas, em medicamentos etc.

Gráfico 2 – IPC-FIPE - Jan a Jul 2011



Fonte: Banco de dados do IPC-FIPE.

O índice de inflação de 0,30% calculado para o mês de julho, embora indique uma pequena retomada após a relativa estabilidade do mês anterior, não modificou substancialmente a previsão para a inflação acumulada anual. Até o sétimo mês do ano já se chegou ao valor de 3,47%. Se nos restantes cinco meses de 2011 forem realizados índices médios de 0,50%, a inflação de 2011 ficaria pouco acima de 6,0%, isto é, ainda abaixo de 6,50%, que é o teto da meta governamental.

1 A partir de 07/2011 o IPC-FIPE passou a utilizar uma nova estrutura de ponderação, definida pelos resultados preliminares da POF de 2009 - 2010. Os detalhes dessa nova estrutura estão publicados na página inicial do site da FIPE: www.fipe.org.br.

(*) Pesquisador da FIPE.
(E-mail: aecomune@usp.br).

Índices de Obras Públicas em Desaceleração

DENISE CAVALLINI CYRILLO (*)

Em julho, os índices de obras públicas continuaram em desaceleração. O recuo variou entre 1 p.p (SGPMO) a 0,1 p.p (TER), em relação a junho. As obras de edificações, pavimentação e os serviços gerais tiveram um reajuste inferior a 0,27%. Apenas as obras de terraplenagem conseguiram um aumento mais significativo, de 1,05%. Estas variações podem ser verificadas na Tabela 1.

Nessa tabela também se pode observar que foram os equipamentos que pressionaram os índices no mês de referência. Aqueles utilizados nas obras de terraplenagem reajustaram seus preços em 2,21%, seguidos dos empregados em obras de pavimentação (1,7%), mas mesmo o preço médio dos equipamentos usados nas obras de edificações aumentou mais de 0,5%. Os materiais apresentaram variações positivas modestas, em todos os tipos de obras, inferiores a 0,5%, e os salários médios da mão de obra ficaram, praticamente, estáveis.

Tabela 1 – Índices de Preços de Obras Públicas – Variação Mensal (%) – Julho de 2011

Índices	Geral	Materiais	Equipamentos	Serviços	Mão de Obra
IGE	0,24	0,47	0,52	0,22	0,02
TER	1,05	0,07	2,21	-	-0,07
PAV	0,26	0,10	1,70	-	-0,08
SGPMO	0,18	0,46	-	0,22	0,02

Fonte: Banco de dados SIPOP/FIPE.

Obs.: IGE - Índice Geral de Edificações; TER - Índice de Obras de Terraplenagem; PAV - Índice de Obras de Pavimentação; SGPMO - Índice de Serviços Gerais com Predominância de Mão de Obra.

Pela Tabela 2 é possível identificar os setores que conseguiram os maiores e os menores reajustes de preços no mês de julho, bem como a inflação setorial acumulada, no que diz respeito ao conjunto mais representativo de insumos empregados em obras públicas. Em primeiro lugar, verifica-se que o aumento dos preços médios da maioria dos setores desacelerou em relação a junho, quando se trata do IGE. As principais exceções relacionam-se com a indústria mecânica, a de materiais elétricos e de comunicações e os serviços de construção. Do conjunto, a indústria de extração mineral foi a que obteve o maior reajuste no mês de referência (1,55%) e a da borracha a maior queda (-0,4%). Em segundo lugar, do ponto de vista dos reajustes acumulados no ano, o setor de material de transporte continua liderando, seguido de perto pela indústria de material elétrico. Em terceiro lugar, para o índice de terraplenagem, os maiores reajustes, como esperado, foram calculados para a indústria de material de transporte (3,94%) e para a indústria mecânica (1,54%). No caso do índice de pavimentação, a liderança no aumento dos preços ficou também para a indústria de material de transporte (2,94%).

A Tabela 3 apresenta a evolução dos índices em diferentes períodos e permite analisar o processo inflacionário do setor de obras públicas no curto, médio e longo prazos e a sua projeção para o ano corrente.

Tabela 2 – Índices de Preços de Obras Públicas por Setor: Variação Mensal e Acumulada nos Anos de 2011 e de 2010 (%)

SETORES DE ATIVIDADES	IGE				TER jul/11	PAV jul/11
	jul/11	jun/11	Acum 11	Acum 10		
01- Extração Mineral	1,55	1,67	6,74	24,85		1,56
02- Indústria de Minerais Não Metálicos	1,03	1,10	4,02	9,12	-0,13	0,25
03- Indústria Metalúrgica	-0,34	0,22	1,47	-4,64		
04- Indústria Mecânica	0,92	-0,08	2,36	1,14	1,54	0,05
05- Indústria Material Elétrico/Comunicações	0,70	-0,72	7,87	21,14		
06- Material de Transporte	0,01	6,85	9,58	6,39	3,94	2,94
07- Indústria de Madeira	0,21	0,37	1,97	3,22		
08- Indústria da Borracha	-0,40	-3,36	1,11	-10,08	0,28	1,24
09- Indústria Química	-0,23	0,60	3,93	4,64	0,05	0,00
10- Indústria de Produtos Plásticos	0,30	1,39	1,78	0,61		
11- Serviços da Construção	0,25	-3,72	1,52	4,40		

Fonte: *idem* Tabela 1.

Tabela 3 – Índices de Preços de Obras Públicas – Variações Acumuladas (%)

Meses	IGE	TER	PAV	SGPMO
Abr/1994 – Jul /2011	364,76	245,08	498,88	410,05
Abr/2004 – Jul /2011	72,27	24,68	65,13	76,04
Ago/2010 – Jul /2011	6,70	0,15	2,94	7,45
Jan /2011 – Jul /2011	6,25	0,92	2,33	7,12

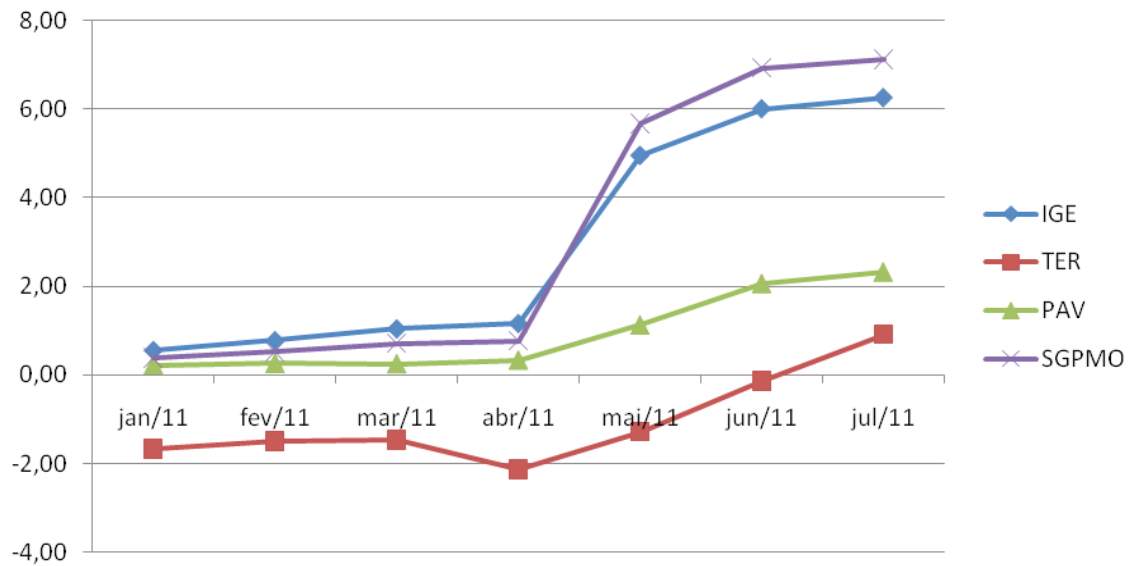
Fonte: *idem* Tabela 1.

Como já reiterado várias vezes, o índice de terraplenagem mantém-se na rabeira, não importando o período considerado. No entanto, nos últimos dois meses, esse índice tem registrado variações positivas maiores do que as alcançadas pelos demais índices, inclusive pelo índice de pavimentação que lidera o reajuste no longo prazo (498,88%). O TER já acumula quase 1% em 2011, tendo reduzido a sua distância do PAV de 2,2 p.p.(em junho) para 1,4 p.p.(em julho). Na liderança dos aumentos desde abril de 2004, o índice de Serviços Gerais com Predominância de Mão de Obra teve a distância em relação ao segundo colocado (IGE) reduzida de 0,93 p.p. para 0,88 p.p. em relação à inflação acumulada no ano. Como conhecido, esse índice apresenta

a sua maior variação positiva, em maio de cada ano, época dos dissídios da grande maioria de categorias de mão de obra do setor da construção civil, apresentando reajustes menores no restante do ano.

A análise do Gráfico 1 reitera observação já feita anteriormente. A inflação no setor de obras públicas vem se configurando em dois patamares. O constituído pelos índices de edificações gerais e de serviços gerais com predominância de mão de obra está projetando uma inflação no nível do limite superior da meta de inflação estabelecida pelo governo (6,5%); o outro, relativo às obras pesadas, está apresentando um ritmo mais baixo, projetando uma inflação para o ano em torno da metade da meta de 4,5%. Considerando que os índices de terraplenagem e de pavimentação constituem indicador do preço de segmentos importantes da demanda de investimentos no Brasil, o comportamento até aqui observado sugere a existência de certa capacidade ociosa nesses setores, o que deverá viabilizar os investimentos na infraestrutura necessários para dar suporte aos eventos esportivos, de 2014 e 2016, sem grandes pressões inflacionárias!

Gráfico 1 – Índices de Obras Públicas: Acumulados no Ano de 2011



(*) Pesquisadora da FIPE. (E-mail: dccyrill@usp.br).

Pesquisa de Orçamento Familiar FIPE 2009 – 2010 – Primeiros Resultados

CAMILA R. B. DE LIMA (*)
MARCELO H. PEREIRA (*)
MOACIR M. YABIKU (*)

1 Apresentação

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas iniciou, em novembro de 2008, os trabalhos para realizar uma nova Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, objetivando a atualização do sistema de pesos utilizados para calcular o Índice de Preços ao Consumidor IPC-FIPE.

Desde o início, a POF foi idealizada para ser realizada de forma contínua e permanente, com o levantamento dos dados ocupando, de forma rotineira, uma parte do contingente de entrevistadores que visitam os domicílios para obter as informações das unidades de consumo; ao mesmo tempo, outra parte dos entrevistadores realiza o levantamento de preços no mercado.

A primeira avaliação dos novos pesos visando a revisão da estrutura de ponderação do IPC-FIPE foi programada para o final do segundo ano de coleta, e a utilização dessa nova estrutura no cálculo do índice foi definida para ser adotada após seis meses de testes em paralelo com a estrutura de ponderação até então utilizada.

Os resultados que estão sendo agora apresentados dizem res-

peito ao primeiro período da pesquisa e da primeira revisão dos pesos. Uma segunda revisão está programada para a ocasião do encerramento da coleta amostral que deverá acontecer no segundo semestre de 2012.

2 Aspectos Metodológicos Preliminares

A Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2009-2010 adotou a mesma metodologia utilizada pela pesquisa anterior da POF 1998-1999 em todos os seus aspectos, no intuito de gerar resultados que fossem passíveis de comparação e de retratar a trajetória das unidades de consumo ao longo do tempo.

Assim, nessa pesquisa foram localizadas as chamadas “unidades de consumo”, que podem ser representadas por um único morador ou por um conjunto de pessoas que, obrigatoriamente, devem compartilhar da mesma renda ou recorrer à junção de rendas para as despesas coletivas do domicílio.

É importante destacar que a seleção destas unidades de consumo não ocorre de forma aleatória. Ela tem como base critérios estatísticos de amostragem devido à

necessidade de se estimar a representatividade da população-alvo. No caso do projeto em questão, a população-alvo compreende a residente do município de São Paulo, justificado pelo fato de que o IPC-FIPE se refere somente a esta região.

Para a seleção dos endereços, tendo em vista a necessidade de um cadastro abrangente que respondesse às características fundamentais de pesquisas por amostragem, optou-se pelo cadastro de consumidores de energia elétrica do município, cedido pela concessionária responsável, a AES Eletropaulo.

Outro aspecto importante a ser destacado é que estão sendo reutilizados os mesmos 2.351 endereços da pesquisa anterior de 1998. O objetivo é dividir esta quantidade em três partes e realizá-las consecutivamente em 2009, 2010 e 2011.

Na geração dos primeiros resultados que ora são disponibilizados foi utilizada uma amostra de 943 domicílios (classe total). Já para a elaboração da estrutura de ponderação do IPC foi utilizada a base de 744 domicílios, que representam apenas a classe de 1 a 10 salários mínimos.

No que diz respeito à coleta detalhada das informações sobre as despesas individuais e coletivas foram elaborados seis instrumentos de coleta diferentes, e os formulários coletivos agrupam os dados gerais da unidade de consumo. Esses formulários são os seguintes:

- 1. Formulário Coletivo Bloco 1:** Contém dados cadastrais que irão caracterizar a estrutura do domicílio e moradores, discriminando o inventário (aparelhos domésticos) e veículos; neste primeiro formulário a renda familiar também é descrita;
- 2. Formulário Individual Bloco 2:** Itens como os rendimentos e situação ocupacional são relacionados;
- 3. Formulário Coletivo Bloco 3:** Despesas com habitação (incluindo serviços);
- 4. Formulário Individual Bloco 4:** Inclui despesas como transporte, vestuário, educação, saúde, recreação e cultura (gastos mensais), telefonia, entre outras despesas;
- 5. Formulário Individual Bloco 5:** Alimentação (fora do domicílio), telefonia, recreação e cultura (gastos semanais), serviços pessoais, entre outras despesas diversas;
- 6. Formulário Coletivo Bloco 6:** Inclui despesas coletivas semanais referentes à alimentação incluindo

produtos in natura, contendo também itens como higiene, beleza, bebidas e outros produtos.

Para os casos de eventuais recusas, quando o motivo alegado fosse falta de tempo para responder ao questionário completo, criou-se um questionário simplificado denominado Formulário Único - FU, com a intenção de reaplicar a pesquisa nos mesmos endereços da última POF feita pela FIPE.

3 Resultados Preliminares

Antes de iniciar a apresentação das informações obtidas na pesquisa, é oportuno destacar algumas constatações, com o propósito de demonstrar a consistência dos dados em estudo.

Com o intuito de avaliar a robustez da amostra foram utilizadas duas análises.

Na primeira análise, a leitura do coeficiente de variação sinalizou uma dispersão de valores ainda menor em relação à última pesquisa POF. De fato, obteve-se o resultado de 0,5247 (no cálculo por faixas) que abrange 79% da amostra total para a POF de 2009 - 2010, e 0,5891 para a POF de 1998 - 1999, que incluía 77% da amostra total (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Coeficiente de Variação

	POF - RENDA MÉDIA / DESVIO PADRÃO (amostra total)				
	media	desv	coef	freq	
POF 9092	171.881,90	218.356,73	1,2704	1012	
POF 9899	1.890,82	2.324,42	1,2293	2351	
POF 2009	3.426,09	4.079,09	1,1906	943	
	POF - RENDA MÉDIA / DESVIO PADRÃO (faixas)				
	Sal. Min.	media	desv	coef	freq
POF 9899	1-20	1.085,14	639,32	0,5891	1822
POF 2009	1-10	2.149,47	1.127,74	0,5247	744

Fonte: Banco de dados da POF-FIPE.

Para a segunda análise foi utilizado o Coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de distribuição de renda das populações. O coeficiente varia entre 0 e 1. Portanto, quanto mais próximo de zero, menor a desigualdade de renda. Por outro lado, quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda. O resultado pode ser examinado no Gráfico 1.

É importante notar que o resultado obtido no cálculo com a amostra definida na pesquisa se assemelha aos dados oficiais divulgados no ano de 2008, que indicam valores de 0,521 para o Brasil como um todo e de 0,483 para o Estado de São Paulo.

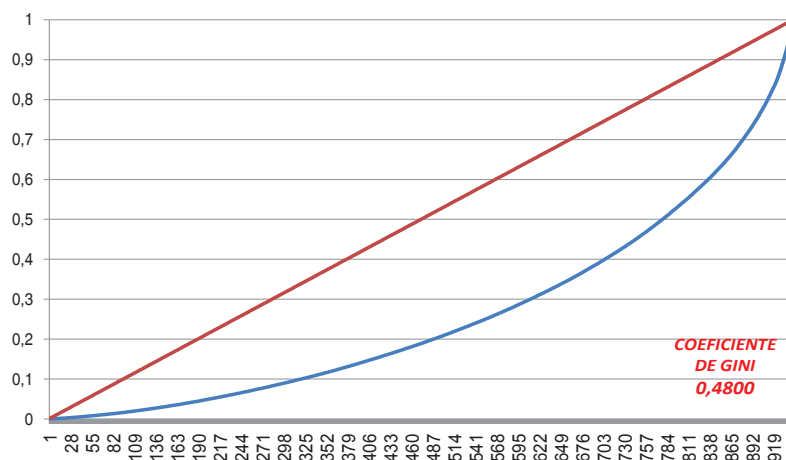
O resultado do período apurado de novembro de 2008 até outubro de 2010 permite conhecer o perfil dos residentes do município de São Paulo, assim como também alguns de seus aspectos socioeconômicos.

A composição da amostra para esses resultados é apresentada por 79% de domicílios pertencentes à classe de 1 a 10 salários. Dentre os 21% restantes, estão inclusos domicílios até 1 e acima de 10 salários mínimos.

A renda média familiar do município de São Paulo ficou em R\$ 2.149,47 nas classes de 1 a 10 salários, enquanto para a classe total da amostra esse número sobe para R\$ 3.426,09.

Da amostra pesquisada, entre os domicílios cuja renda encontra-se entre os parâmetros de 1 a 10 salários mínimos, verifica-se a crescente atuação das mulheres na chefia dos domicílios, apresentando 54% de participação contra 46% dos homens. Fazendo o cruzamento das informações por faixa de renda e sexo, verifica-se a

Gráfico 1 – Coeficiente de Gini (com Base na POF 2009/2010 Classe Total)



Fonte: Banco de dados da POF-FIPE.

participação feminina de 85,71% contra 80,55% dos homens nas faixas até 10 salários. Acima de 10 salários, a participação das mulheres ficou com 14,29%, ao passo que os homens detêm 19,46% de participação (ver Tabela 2).

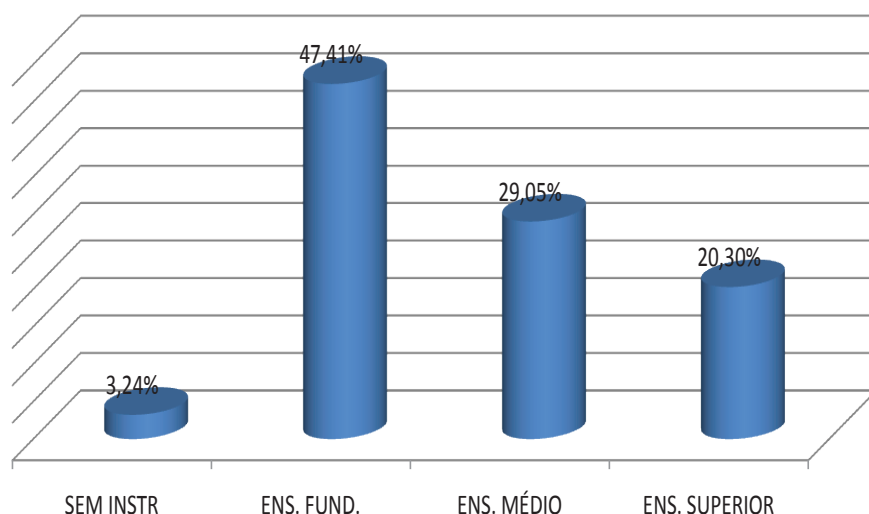
Tabela 2 – Características do Chefe de Família

FX DE RENDA	MASCULINO	FEMININO
1	1,88%	5,14%
1-5	51,02%	59,71%
5-10	27,65%	20,86%
10-15	9,90%	8,29%
15-30	6,83%	4,86%
>30	2,73%	1,14%

Fonte: Banco de dados da POF-FIPE.

Considera-se também relevante explicitar o nível educacional dos domiciliados, avaliando o grau de escolaridade dos chefes de família. Para uma visão mais ampla, foi considerada a classe total da amostra. Os níveis de Ensino Fundamental e Ensino Médio preponderam na amostra, conforme se observa no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Nível Educacional do Chefe de Família (Classe Total)



Fonte: Banco de dados da POF-FIPE.

A análise por faixa de renda do chefe de família é apresentada na Tabela 3:

Tabela 3 – Nível Educacional do Chefe de Família por Faixa de Renda

Faixas SM	SEM INSTR	ENS. FUND.	ENS. MÉDIO	ENS. SUPERIOR
1	21,74%	78,26%	0,00%	0,00%
1-5	4,54%	57,59%	29,39%	8,48%
5-10	0,86%	39,91%	34,33%	24,89%
10-15	0,00%	37,21%	24,42%	38,37%
15-30	0,00%	5,26%	31,58%	63,16%
>30	0,00%	5,00%	5,00%	90,00%

Fonte: Banco de dados da POF-FIPE.

Pelo exame da tabela acima pode-se afirmar que o grau de escolaridade está atrelado à renda das pessoas. Assim, para o limite de 1 salário mínimo, o grau de escolaridade máximo alcançado foi o do ensino fundamental, que concentra mais de 78% dos chefes de família. No extremo oposto tem-se o nível de 90% dos chefes de família com nível superior, que possuem renda acima de 30 salários mínimos.

A Tabela 4 revela a concentração das despesas dos domicílios pesquisados por faixa de renda. As despesas estão divididas em sete grupos: Habitação, Alimentação, Transportes, Despesas Pessoais, Saúde, Vestuário e Educação.

Ao comparar a participação dos grupos Alimentação e Educação, constata-se uma movimentação inversamente proporcional em relação à renda.

Os números percentuais de participação de gastos com alimentação atendem à premissa da lei de Engel. Essa lei afirma que a participação das despesas com produtos alimentares no orçamento familiar decresce à medida que a renda familiar melhora. Na tabela a seguir pode-se verificar que a participação da Alimentação é decrescente na medida em que cresce a renda. Portanto, quanto maior a renda, menor é o peso desse grupo na despesa familiar.

O grupo Educação apresentou oscilação em sentido contrário, pois quanto maior a renda, maior sua participação nas despesas.

Já para os grupos Habitação, Transportes, Despesas Pessoais, Saúde e Vestuário, as variações observadas não apresentaram movimentos uniformes.

Tabela 4 – Participação dos Grupos nos Gastos da População, por Faixa de Renda

PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS NOS GASTOS DA POPULAÇÃO POR FAIXA DE RENDA						
	1	1-5	5-10	10-15	15-30	>30
I. HABITAÇÃO	37,8434	33,1701	29,1019	30,2940	30,4974	29,5856
II. ALIMENTAÇÃO	36,7135	25,4108	20,5250	17,1497	15,7715	12,8439
III. TRANSPORTES	5,6975	15,4886	19,2699	17,3414	16,2905	10,1543
IV. DESPESAS PESSOAIS	12,9063	11,1320	12,8273	13,7340	14,2854	17,1994
V. SAÚDE	5,2808	6,7288	8,6452	9,7011	10,8462	12,9424
VI. VESTUÁRIO	1,2616	5,1578	5,3201	5,8501	4,9783	4,3794
VII. EDUCAÇÃO	0,2970	2,9119	4,3105	5,9296	7,3308	12,8950

Fonte: Banco de dados da POF-FIPE.

4 Metodologia do IPC-FIPE 2011

Seguindo os mesmos preceitos das pesquisas anteriores, utilizou-se da consolidação das informações obtidas nos primeiros resultados no período de novembro de 2008 até outubro de 2010 para a reformulação da metodologia do IPC-FIPE implantada a partir de julho de 2011.

Esta atualização torna-se oportuna, tendo em vista a necessidade da adequação econômica à nova realidade de consumo de bens e serviços. O aumento expressivo da participação dos gastos com Passagem aérea, Tv a cabo e Internet aliado à entrada de novos produtos como Notebooks, cursos de Pós-Graduação entre outros itens fazem parte de um processo de ampliação da gama de produtos, marcas e serviços à disposição dos consumidores.

Para a divulgação mensal do IPC 2011, ocorrida no mês de julho, foi inclusa a nova estrutura de ponderação. Vale ressaltar que o índice conta desde 2009, com uma moderna ferramenta para realização do sistema de coleta de preços. A utilização de *palmtops* proporcionou, além de maior agilidade, melhor precisão nos resultados divulgados.

A Tabela 5 apresenta a distribuição dos pesos por grupos, subgrupos e itens da estrutura atual. O número de

subitens e nível de agregação para o qual são divulgados os pesos sofreu alteração em relação à estrutura anterior, passando de 465 para 468.

Toda essa mudança ocasionou a reavaliação também da classe de renda referência utilizada para o cálculo do IPC-FIPE. Para a equiparação em intervalo de 1 a 20 salários mínimos da POF 1998 - 1999 para 1 a 10 salários mínimos da POF 2009 - 2010 foi utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Como se pode observar, no grupo Habitação o item Aluguel sofreu grande variação, com uma queda de 8,9748% para 4,6828%. A ascensão social das famílias paulistanas acarretou a migração de pessoas para o imóvel próprio devido à facilidade de crédito do setor imobiliário, pressionando para baixo a demanda por locação. Outro destaque foi a explosão tecnológica. O rápido processo de obsolescência na linha de equipamentos de informática e telefonia, o crescimento da importação e concorrência, e a apreciação do Real são fatores que contribuíram para estes resultados. Como decorrência desta expansão, o Serviço de Comunicações também apresentou crescimento, partindo de 3,6893% para 6,0695% em participação no grupo.

O grupo Alimentação, em geral, não apresenta muita variação. No entanto, para este grupo algumas observações podem ser mencionadas, como as quedas das

participações dos itens Produtos in Natura e Semielaborados e consequente aumento dos Industrializados. O aumento da participação do item Alimentação Fora do Domicílio foi constatado e deve ser contínuo nas próximas atualizações, explicado pela melhor condição de renda e mudança de hábito da população.

A análise do grupo Transportes permite visualizar o aumento da participação desse tipo de gasto no orçamento das famílias. O item Aquisição de Veículo partiu de 3,1766% para 5,6198%. Ao verificar-se isoladamente cada subitem, constata-se que a aquisição de veículos novos, cuja participação era de 0,8423%, sofreu um aumento de 195,22% atingindo o número de 2,4866% de participação na atual pesquisa, enquanto os veículos usados, que obtinham participação de 2,2018% na pesquisa de 1998, aumentou 20,83%, alcançando 2,6605%. Essa ampla diferença pode ser explicada pelo crescimento da renda, facilidade de crédito auxiliada também por incentivos fiscais oferecidos pelo governo, provocada

pela redução do IPI no período de 12/2008 até 03/2010.

No quarto grupo, Despesas Pessoais, considera-se relevante mencionar a variação do item Serviços Pessoais, que partiu de 0,7990% para 1,3884% em participação. Outros itens a serem citados são 'Passagens para fora da cidade', que apresentou alta de 0,5404% para 0,9284%, especialmente notado com o crescimento da passagem aérea. Cabe assinalar que o subitem cigarro, pertencente ao item Fumo, vem apresentando queda em participação nas POFs, passando de 4,1911% em 1981 - 1982 para 1,2143% em 2009 - 2010.

O quinto grupo, Saúde, obteve maior participação no que se refere a dispêndios com saúde suplementar, como evidenciado desde a última atualização da POF. Os itens de maior destaque foram: Contrato de Assistência Médica (de 3,0980% para 3,4489%) e Aparelhos Corretivos e Medidores (de 0,2785% para 0,6574%).

O grupo Vestuário, de forma geral, não apresentou variação significativa, e vem mantendo desde a

última pesquisa participação semelhante no orçamento familiar.

Por fim, como informação adicional no grupo Educação, o subitem Ensino Superior obteve crescimento de 36,36%, saindo de 1,2763% para 1,7404%. A ampliação do número de pessoas que atingiu o grau superior está possivelmente relacionada à inserção de diversas faculdades particulares com preços mais acessíveis.

Na Tabela 6 apresenta-se a evolução das estruturas de ponderações utilizadas no Índice de Preços ao Consumidor do Município de São Paulo. Entre os períodos de 1939 e meados de 1968 o cálculo era realizado pela Divisão de Estatística e Documentação da Secretaria de Finanças da Prefeitura do Município de São Paulo. De 1968 até 1973 a pesquisa passou a ser elaborada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP - IPE e após esse período a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE passou a gerir o IPC. A análise histórica permite verificar a evolução do padrão de consumo paulistano em um período superior a 70 anos.

Tabela 5 – Nova Estrutura de Pesos IPC-FIPE 2011

ESTRUTURA DE PONDERAÇÃO POR ITENS					
Descrição	1998-1999	2009-2010	Descrição	1998-1999	2009-2010
0. Índice Geral	100,0000	100,0000	III. Transportes	16,0309	17,5809
I. Habitação	32,7925	30,9436	1. Veículo Próprio	8,6915	9,8609
1. Manutenção do Domicílio	15,7267	15,2355	1.1 Manutenção do Veículo	3,9035	2,9688
1.1 Serviços de Utilidade Pública	8,2805	7,6360	1.2 Reparo no Veículo (serviço)	0,9475	0,3703
1.2 Serviços Domésticos e Conservação	4,0138	2,8696	1.3 Reparo no Veículo (peças)	0,6639	0,9020
1.3 Reparo no Domicílio (serviço)	0,6955	0,8933	1.4 Aquisição de Veículo	3,1766	5,6198
1.4 Reparo no Domicílio (material)	1,4337	2,4006	2. Transportes Coletivos	5,8623	5,1093
1.5 Artigos de Limpeza	1,3032	1,4360	3. Outras Despesas com Transporte	1,4771	2,6107
2. Aluguel	8,9748	4,6828	IV. Despesas Pessoais	12,2985	11,9088
3. Equipamentos do Domicílio	4,4017	4,9558	1. Fumo e Bebidas	4,3230	3,4478
3.1 Mobiliário e Decoração	2,0348	1,2544	1.1 Fumo	1,4547	1,2246
3.2 Aparelhos de Imagem e Som	0,7917	0,9689	1.2 Bebidas Não Alcoólicas	1,7012	1,4497
3.3 Equipamentos Eletroeletrônicos	0,7219	1,0382	1.3 Bebidas Alcoólicas	1,1671	0,7735
3.4 Equipamentos de Informática e Telefonia	0,2241	1,1365	2. Recreação e Cultura	3,6986	3,8625
3.5 Utilidades Domésticas	0,2917	0,2854	2.1 Recreação	1,9654	1,5977
3.6 Artigos de Cama, Mesa e Banho	0,3375	0,2724	2.2 Passagem para fora da cidade	0,5404	0,9284
4. Serviços de Comunicações	3,6893	6,0695	2.3 Brinquedo	0,4647	0,3414
II. Alimentação	22,7305	22,9228	2.4 Animal doméstico	0,3544	0,7709
1. Industrializados	9,0904	10,7001	2.5 Cultura	0,3737	0,2241
1.1 Derivados do Leite	1,4939	1,5923	3. Artigos de Higiene e Beleza	2,7400	2,2943
1.2 Derivados da Carne	1,1065	1,2718	3.1 Artigos de Higiene	2,1528	1,6761
1.3 Panificados	1,6486	1,9167	3.2 Artigos de Beleza	0,5872	0,6182
1.4 Doces	0,5777	0,9800	4. Serviços Pessoais	0,7990	1,3884
1.5 Cafés, Acolado em Pó e Chás	0,6435	0,7607	5. Despesas Diversas	0,7379	0,9158
1.6 Biscoitos e Salgadinhos	0,6176	0,8082	V. Saúde	7,0756	7,7098
1.7 Massas, Farinhas e Féculas	0,6095	0,6964	1. Contrato de Assistência Médica	3,0980	3,4489
1.8 Condimentos e Sopas	0,5620	0,5893	2. Serviços Médicos e Laboratoriais	1,1729	0,9757
1.9 Óleos	0,4903	0,4847	3. Remédios e Prod. Farmacêuticos	2,5262	2,6278
1.10 Adoçantes	0,3406	0,4309	3.1 Remédios	2,4833	2,5540
1.11 Enlatados e Conservas	0,3008	0,2833	3.2 Produtos Farmacêuticos	0,0429	0,0738
1.12 Alimentos Semiprontos e Prontos	0,6994	0,8858	4. Aparelhos Corretivos e Medidores	0,2785	0,6574
2. Semielaborados	6,9256	5,9144	VI. Vestuário	5,2893	5,2543
2.1 Carnes Bovinas	2,5403	2,1749	1. Roupas Feminina	1,7738	1,8344
2.2 Carnes Suínas	0,1716	0,2668	2. Roupas Masculina	1,1159	1,1264
2.3 Aves	0,9481	0,9410	3. Roupas Infantil	0,648	0,5662
2.4 Pescados	0,2230	0,3150	4. Calçados e Acess. de Vestuário	1,4422	1,5050
2.5 Leites	1,6279	1,0481	5. Tecido e Aviamento	0,0953	0,0539
2.6 Cereais	1,4147	1,1686	6. Relógio, Joia e Bijuteria	0,2141	0,1684
3. Produtos In Natura	4,0012	3,2865	VII. Educação	3,7827	3,6798
3.1 Frutas	1,7619	1,4267	1. Ensino Escolar	3,2956	3,3865
3.2 Legumes	0,7197	0,6548	1.1 Cursos Regulares	2,7396	2,6933
3.3 Tubérculos	0,5835	0,5209	1.2 Outros Cursos	0,5560	0,6932
3.4 Verduras	0,5464	0,4622	2. Material Escolar	0,3402	0,1711
3.5 Ovos	0,3897	0,2219	3. Livros Didáticos	0,1469	0,1222
4. Alimentação Fora do Domicílio	2,7133	3,0218			

Tabela 6 – Evolução das Estruturas de Ponderações do IPC-FIPE

	1936-1937	1951	1971-1972	1981-1982	1990-1991	1998-1999	2009-2010
0. Índice Geral	100,00	100,00	100,00	100,00	100,0000	100,0000	100,0000
I. Habitação	24,51	34,19	22,69	18,35	26,6752	32,7925	30,9436
1. Manutenção do Domicílio	8,33	7,26	13,45	10,05	12,8139	15,7267	15,2355
2. Aluguel	14,62	24,03	8,63	7,75	6,9675	8,9748	4,6828
3. Equipamentos do Domicílio	1,56	2,90	0,61	0,55	5,7546	4,4017	4,9558
4. Serviços de Comunicações					1,1392	3,6893	6,0695
II. Alimentação	56,22	42,90	43,53	37,67	30,8075	22,7305	22,9228
1. Industrializados	31,32	17,59	14,61	13,49	10,7360	9,0904	10,7001
2. Semielaborados	17,44	18,02	16,56	12,97	11,8273	6,9256	5,9144
3. Produtos In Natura	7,46	7,29	9,11	6,24	4,6329	4,0012	3,2865
4. Alimentação Fora do Domicílio			3,25	4,97	3,6113	2,7133	3,0218
III. Transportes	1,96	3,90	6,28	10,54	12,9684	16,0309	17,5809
1. Veículo Próprio			1,72	6,35	7,4526	8,6915	9,8609
2. Transportes Coletivos	1,96	3,90	4,56	4,19	4,8005	5,8623	5,1093
3. Outras Despesas com Transporte					0,7153	1,4771	2,6107
IV. Despesas Pessoais	3,66	7,45	13,62	19,56	12,3606	12,2985	11,9088
1. Fumo e Bebidas	3,38	2,05	5,43	7,67	4,8084	4,3230	3,4478
2. Recreação e Cultura	0,28	2,64	2,12	4,76	3,6817	3,6986	3,8625
3. Artigos de Higiene e Beleza			2,19	2,46	2,0261	2,7400	2,2943
4. Serviços Pessoais		1,74	1,61	1,48	0,8139	0,7990	1,3884
5. Despesas Diversas		1,02	2,27	3,19	1,0305	0,7379	0,9158
V. Saúde	2,27	3,70	5,28	3,78	4,5814	7,0756	7,7098
1. Contrato de Assistência Médica					0,5862	3,0980	3,4489
2. Serviços Médicos e Laboratoriais	1,71		2,51	1,83	2,3136	1,1729	0,9757
3. Remédios e Produtos Farmacêuticos	0,56		2,77	1,95	1,6816	2,5262	2,6278
4. Aparelhos Corretivos e Medidores						0,2785	0,6574
VI. Vestuário	11,13	7,75	6,40	8,06	8,6580	5,2893	5,2543
1. Roupas de Mulher			1,28	2,78	2,9375	1,7738	1,8344
2. Roupas de Homem		4,28	1,99	3,73	1,9876	1,1159	1,1264
3. Roupas de Criança			0,45		0,9598	0,6480	0,5662
4. Calçados e Acessórios de Vestuário	5,61	2,83	1,54	0,89	2,3250	1,4422	1,5050
5. Tecido, Lã e Aviamento	4,76	0,64	1,02	0,19	0,2771	0,0953	0,0539
6. Relógio, Joia e Bijuteria	0,76		0,12	0,47	0,1710	0,2141	0,1684
VII. Educação	0,25	0,11	2,20	2,04	3,9489	3,7827	3,6798
1. Ensino Escolar					3,0364	3,2956	3,3865
2. Material Escolar					0,5163	0,3402	0,1711
3. Livros Didáticos					0,3962	0,1469	0,1222

Fonte: Banco de dados da POF-FIPE.

5 Análise dos Impactos e Perspectivas

A Tabela 7 mostra as estruturas de ponderação do IPC nos anos de 2000 e 2011, dividindo o índice geral em Produtos e Serviços. A soma dos pesos dos Produtos

do IPC em 2011 não apresentou movimento muito significativo, revelando alteração de 50,0577% para 50,7286%, e, por conseguinte, a participação dos Serviços reduziu de 49,9423% para 49,2714%.

Tabela 7 – Tabela de Produtos e Serviços

	IPC 2000	IPC 2011
Índice Geral	100,000	100,000
Produtos	50,0577	50,7286
Industrializados Total	39,1309	41,5277
Industrializados (*)	28,3267	32,0323
Artigos de Limpeza	1,3032	1,4360
Equipamentos do Domicílio	4,4017	4,9558
Alimentos Industrializados	9,0904	10,7001
Aquisição de Veículo	3,1766	5,6198
Fumo e Bebidas	4,3230	3,4478
Artigos de Higiene e Beleza	2,7400	2,2943
Remédios e Produtos Farmacêuticos	2,5262	2,6278
Aparelhos Corretivos e Medidores	0,2785	0,6574
Material Escolar	0,3402	0,1711
Livros Didáticos	0,1469	0,1222
Manutenção do Veículo	5,5149	4,2411
Vestuário	5,2893	5,2543
Alimentos não Industrializados	10,9268	9,2009
Alimentos Semielaborados	6,9256	5,9144
Alimentos In Natura	4,0012	3,2865
Serviços	49,9423	49,2714
Contratos	15,3684	11,5182
Aluguel	8,9748	4,6828
Contrato de Assistência Médica	3,0980	3,4489
Ensino Escolar	3,2956	3,3865
Serviços Públicos	17,8321	18,8148
Serviços de Utilidade Pública	8,2805	7,6360
Serviços de Comunicações	3,6893	6,0695
Transportes Coletivos	5,8623	5,1093
Serviços Privados	16,7418	18,9384
Serviços Domésticos e Conservação	6,1430	6,1635
Alimentação Fora do Domicílio	2,7133	3,0218
Outras Despesas com Transporte	1,4771	2,6107
Recreação e Cultura	3,6986	3,8625
Serviços Pessoais	0,7990	1,3884
Despesas Diversas	0,7379	0,9158
Serviços Médicos e Laboratoriais	1,1729	0,9757

Nota: (*) exceto vestuário e manutenção de veículos.

Fonte: Banco de dados da POF-FIPE.

Desta forma, a influência da política cambial no IPC, a partir de julho de 2011, tende a ser maior com o aumento do peso dos produtos industrializados, ao passo que os choques de oferta serão menos impactantes, já que os produtos semielaborados e hortifrutigranjeiros perderam a importância relativa.

Em contrapartida, no setor dos bens não comercializáveis, o item “serviços de comunicações” assinalou peso de 6,0695% ante 3,6893% na pesquisa anterior, elevação explicada por mais gastos com conta ou recarga de telefone celular, Tv por assinatura, provedor para Internet e “combo”(Tv+Internet+telefone).

A substancial perda de participação do subitem aluguel advém de conjunturas diversas nos períodos das POFs de 1998 - 1999 e de 2009 - 2010. Enquanto no período de julho de 1994 – início de vigência do Plano Real – a maio de 1998 a variação do aluguel foi de 576,31% e a do IPC 69,74%, o acumulado de junho de 1999 a setembro de 2008 – período precedente à POF atual – a variação do aluguel foi de 7,66% e a do IPC de 76,36%. Esse descompasso explica parte desta redução da participação do subitem; outros fatores como a melhoria de renda e facilidade de crédito proveniente de incentivo governamental contribuíram também para essa queda.

6 Conclusão

O IPC-FIPE vem implantando mudanças tecnológicas e metodológicas, com o intuito de aperfeiçoar seus resultados.

Por exemplo, em sua nova composição da estrutura de ponderação do IPC, subitens como reparo mecânico e reparo no domicílio, que agregavam produtos e serviços, foram divididos em material e mão de obra, em função da natureza de cada despesa.

Para o sistema de coleta de preços, o IPC vem seguindo a evolução tecnológica dos dispositivos móveis efetuando a migração dos *palmtops*, implantados no ano de 2009, para os *smartphones* que aprimoram a conexão com o servidor, transferindo os dados de forma mais rápida e segura.

O compromisso da Fipe é o de manter a coleta de dados da POF contínua, propiciando atualizações do IPC com

possíveis intervalos de 1 a 3 anos – lembrando que a recomendação internacional para a atualização de ponderação de IPCs é de 5 anos.

Uma das vantagens oferecidas é o acompanhamento com fidelidade do comportamento do consumidor, tendo em vista o ininterrupto avanço da indústria tecnológica nacional e a conjuntura favorável à importação somados ao crescimento da renda e às ações governamentais – como política de distribuição de renda, de bens e incentivos fiscais – notadamente para as famílias de baixa renda que passaram a consumir produtos e serviços considerados supérfluos no passado.

A busca por constante progresso metodológico e tecnológico tem o intuito de contribuir para a sociedade com um indicador de qualidade, confiabilidade e

transparência, como tem sido o IPC-FIPE em todos os longos anos de sua existência.

() Equipe Técnica do IPC-FIPE.
(E-mails: cbarros@fipe.org.br, mpereira@fipe.org.br,
myabiku@fipe.org.br).*

séries estatísticas



Índices de Preços ao Consumidor no Município de São Paulo – Julho de 1994 = 100

	Alimentação					Habitação		Transportes		Despesas Pessoais	Vestuário	Saúde	Educação	
	Índice Geral	Geral	Industr.	Semi elaborado	In Natura	Geral	Aluguel	Geral	Veículo Próprio					Transp. Coletivo
Ago	323.5483	271.4233	211.9328	297.7154	288.2181	413.8448	755.6417	469.8339	376.5163	608.7688	276.3647	123.5673	459.9618	478.3070
Set	325.2670	275.6839	214.7862	307.2887	287.7333	415.2556	761.5958	469.7361	376.9267	608.7688	276.8898	124.2338	460.8200	478.6002
Out	328.6410	283.5100	218.8263	320.8300	298.4131	417.2775	765.8623	473.8736	381.9934	608.7688	278.6597	123.9646	462.5366	478.9563
Nov	330.9908	289.2457	221.2004	335.6632	298.1833	418.1108	768.1645	475.5762	384.1371	608.7688	280.2982	125.0120	463.6273	479.0822
Dez	332.7742	293.2445	224.4985	338.8285	302.6179	418.9888	771.9515	477.4428	386.7346	608.7688	281.1736	125.8533	464.6709	479.5838
Jan/11	336.5874	295.3734	225.3725	333.3009	319.0882	420.6991	775.9170	492.6036	389.8053	652.8187	283.5725	125.9047	466.4631	506.4794
Fev	338.5948	294.8636	225.4173	323.8621	328.8507	423.7383	779.9146	498.3237	391.5018	668.6378	287.0988	125.8655	469.8077	508.0763
Mar	339.7759	295.1325	226.0377	321.4393	332.4746	424.8752	783.5887	503.5047	397.4596	673.0167	287.6844	125.8951	472.6335	508.7592
Abr	342.1587	296.4934	227.1792	321.9524	335.5341	426.3652	788.2025	510.7320	407.8417	673.0167	290.1349	126.7665	479.9764	508.9723
Mai	343.2300	297.0713	229.1883	322.5628	329.4629	427.3855	792.4966	511.6805	408.5138	673.0167	291.3242	128.1446	483.2906	509.4594
Jun	343.2719	295.3408	231.2815	316.6747	319.7698	428.8997	798.9698	507.0574	402.0711	673.0167	293.4768	129.6107	484.7767	509.7432
Jul	344.3161	295.9489	232.1934	317.1735	313.8090	430.8126	804.6584	508.3342	403.5663	673.0167	295.0422	128.6170	487.3800	511.1903

Índices de Preços de Obras Públicas – Março de 1994 = 100

	Edificações				Pavimentação				Terraplenagem				Serv. Gerais Predom. M. O .
	Geral	Mat. Constr.	Mão de Obra	Equip.	Geral	Mat. Constr.	Mão de Obra	Equip.	Geral	Mat. Constr.	Mão de Obra	Equip.	
Jul	435.569	394.297	517.750	319.346	581.801	662.438	515.475	313.015	344.569	530.033	530.275	240.146	474.685
Ago	435.576	393.949	518.239	322.133	581.962	662.639	514.508	313.484	343.985	529.925	530.072	239.392	474.661
Set	436.728	395.502	518.796	322.348	582.964	663.703	515.683	314.179	342.897	529.523	531.069	237.888	475.712
Out	436.191	393.829	519.565	322.827	584.505	665.713	515.179	314.859	341.255	529.434	530.476	235.692	475.238
Nov	436.191	393.829	519.565	322.827	584.505	665.713	515.179	314.859	341.255	529.434	530.476	235.692	475.238
Dez	437.436	395.539	519.981	322.606	585.254	666.810	514.434	314.972	341.943	529.848	529.758	236.604	476.143
Jan/11	439.861	397.328	520.426	331.367	586.569	668.380	515.883	315.307	336.260	534.389	531.123	226.860	477.976
Fev	440.832	398.955	520.627	333.630	586.769	668.383	515.589	316.396	336.812	536.264	531.135	227.000	478.629
Mar	441.986	401.334	520.384	333.858	586.697	668.099	516.486	316.682	336.939	537.272	532.474	226.672	479.538
Abr	442.518	403.060	519.493	329.529	587.202	669.045	516.796	315.701	334.691	537.599	532.232	223.418	479.819
Mai	459.072	404.311	560.397	328.864	591.845	671.945	547.762	315.695	337.570	540.035	557.927	223.469	503.152
Jun	463.663	406.939	571.371	338.053	597.337	675.666	566.964	321.749	341.495	540.193	585.879	225.494	509.133